

02 - 09 | 2024

GESTÃO DO NEGÓCIO DE EMPRESAS MOÇAMBICANAS NO MERCADO INTERNACIONAL: REALIDADES E DESAFIOS NO PERÍODO ENTRE 2015 E 2020

Business management of Mozambique companies in the international market: Realities and challenges in the period between 2015 and 2020

Gestión empresarial de las empresas Mozambiquenas en el mercado internacional: REALIDADES y desafíos en el período entre 2015 y 2020

Aminosse Guilherme Afo¹, Arsénio João Zandamela²,

¹ <https://orcid.org/0009-0001-5822-2701>, aminosseguilhermeafo.

² Universidade São Tomás de Moçambique, Moçambique, <https://orcid.org/0009-0009-4551-990X>, docencia.zandamela@gmail.com.

Autor para correspondência: : aminosseguilhermeafo@gmail.com

Data de recepção: 10-06-2024

Data de aceitação: 01-08-2024

Como citar este artigo: Afo, A. G., & Zandamela, A. J. (2024). Gestão do negócio de empresas Moçambicanas no mercado internacional: Realidades e desafios no período entre 2015 e 2020. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 1(4), pp. 96-106. <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/6>.

RESUMO

Este artigo tem como objectivo analisar a gestão do negócio de empresas moçambicanas no mercado internacional, no período entre 2015 e 2020. A pesquisa é bibliográfica, serve-se de diversas fontes científicas, analisando-as em forma de sínteses expressas em textos narrativos. Do resultado do estudo, destacam-se entre outros aspectos: i) o negócio internacional e a emergência de pólos de empreendedorismo; ii) os constrangimentos em Moçambique e a gestão do negócio; e iii) os desafios da gestão do negócio internacional em Moçambique. Nesta sequência, conclui-se que em Moçambique, existem empresas que desenvolvem negócio internacional, criando oportunidades a vários empreendedores para a prática do comércio, de forma complementar e expansionista. Todavia, a acção empreendedora é ainda precária para a geração de lucros, poupança e investimentos. Por isso, torna-se

aconselhável uma parceria activa de complementaridade de acções entre as empresas e o núcleo de empreendedores. As implicações desta pesquisa são as propostas de sustentabilidade do negócio para as empresas nacionais e estudos académicos.

Palavras-chave: Nova economia institucional, Negócio internacional e empreendedorismo.

ABSTRACT

This article aims to analyze the business management of mozambican companies in the international market, in the period between 2015 and 2020. The research is bibliographic, using several scientific sources, analyzing them in the form of syntheses expressed in narrative texts. From the results of the study, the following stand out, among other aspects: i) international business and the emergence of entrepreneurship hubs; ii) the constraints in Mozambique and the management of business; and iii) the challenges of

managing international business in Mozambique. In this sequence, it is concluded that in Mozambique, there are companies that develop international business, creating opportunities for several entrepreneurs to practice trade, in a complementary and expansionist way. However, entrepreneurial action is still precarious for the generation of profits, savings and investments. Therefore, it is advisable to have an active partnership of complementary actions between companies and the group of entrepreneurs. The implications of this research are the proposals of business sustainability for national companies and academic studies.

Keywords: Economics, international Business and entrepreneurship.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar la gestión empresarial de las empresas mozambiqueñas en el mercado internacional, en el período comprendido entre 2015 y 2020. La investigación es bibliográfica, utiliza diversas fuentes científicas, analizándolas en forma de síntesis expresadas en textos narrativos. De los resultados del estudio se destacan, entre otros aspectos: i) los negocios internacionales y el surgimiento de hubs de emprendimiento; ii) las limitaciones en Mozambique y la gestión de los negocios; y iii) los desafíos de la gestión de negocios internacionales en Mozambique. En esta secuencia, se concluye que en Mozambique existen empresas que desarrollan negocios internacionales, creando oportunidades para que varios empresarios practiquen el comercio, de manera complementaria y

expansionista. Sin embargo, la acción empresarial sigue siendo precaria para la generación de ganancias, ahorros e inversiones. Por ello, es recomendable tener una asociación activa de acciones complementarias entre las empresas y el grupo de emprendedores. Las implicaciones de esta investigación son las propuestas de sostenibilidad empresarial para las empresas nacionales y los estudios académicos.

Palabras clave: Nueva economía institucional, Negocios internacionales y emprendimiento.

INTRODUÇÃO

A literatura inerente à gestão do negócio internacional² é muito antiga e pouco divulgada em Moçambique, onde, as institucionais económicas e políticas constituem parte de barreiras, que influenciam negativamente a prática do negócio no país. As questões económicas e políticas, são parte da resposta insuficiente da criação de emprego e conseqüentemente o despoletar do espírito empreendedor³ como uma dinâmica e alternativa para angariação de recursos de sobrevivência para a população. As insuficiências económicas que caracterizam a vida da população moçambicana, desde a proclamação da independência⁴ nacional, justificam em parte, o fraco exercício do negócio internacional e a dinâmica socioeconómica que cria oportunidades para a emergência de polos de empreendedorismo⁵. Este pressuposto, desempenha um papel crucial na mobilização de recursos e renda⁶ de muitas famílias, por um lado, e na expansão das

² Negócio internacional é todo o negócio realizado além das fronteiras de um país, associado ao comércio entre pessoas, organizações ou Estados,

³ "é aquele que faz acontecer, que se antecipa aos aspectos e que tem uma visão futura da organização." (Silva, 2007, p. 7)

⁴ A independência de Moçambique foi proclamada no dia 25 de Junho de 1975, no Estádio da Machava, Província de Maputo.

⁵ Refere-se ao processo de envolvimento de pessoas, que em conjunto transformam as suas ideias em oportunidades, e na criação de negócios.

⁶ É o somatório do valor recebido por pessoa física ou jurídica, resultante do trabalho ou de prestação de serviços.

actividades de gestão de negócio no país e na esfera internacional, por outro.

A gestão do negócio internacional em Moçambique, é predominantemente influenciado por modelos e ambientes institucionais⁷, expressos por padrões microeconómicos e macro⁸, pese embora, o constrangimento institucional que se regista no país. Contrariamente, os efeitos da globalização⁹ quebram barreiras impostas às fronteiras e dinamizam a gestão do negócio, nos diferentes quadrantes do país e do mundo. estimulando cada vez mais, a prática do negócio internacional, entre diferentes actores. Esta posição é corroborada por (xxx)¹⁰ que defende, por seu turno, que num ambiente cada vez mais globalizado e polarizado, a exportação desempenha um papel vital na estratégia adoptada pelas Pequenas e Médias Empresas (PMEs).

Assim sendo, levanta-se o seguinte questionamento: Porque persistem barreiras institucionais em Moçambique enquanto se registam condições para a prática do negócio internacional? Além disso, as exportações e importações em Moçambique têm um fluxo de crescimento substancial, desde o ano de 2000, período em que os ganhos económicos, foram resultado da reintegração dos mercados regional e mundial, com impacto na estrutura comercial do país (Ministério da indústria e turismo, 2016).

Enquadramento teórico

⁷ "Conjunto de normas e regras que delimitam as acções estabelecidas pelo homem, disciplinando suas acções com seus semelhantes e com o mundo, podendo também regulamentar outras instituições, definindo os critérios que serão estabelecidos por meio de formas e regras." (Satolani, Correa & Fagundés, 2008, p. 217)

⁸ Segundo Oliveira (2008), a microeconomia está ligada as escolhas individuais enquanto a macro corresponde a agregados económicos de consumo e produção totais, etc.

⁹ Processo da aproximação dos Estados, das empresas e de pessoas, através da abertura do mercado, livre circulação de bens, serviços, 98

O presente artigo constitui-se no âmbito da Nova Economia Institucional, uma teoria desenvolvida por vários autores, com destaque para Douglass North, que se notabilizou através de distintas obras e artigos, tais como: *Institutions* (1991), *Learning, Institutions, and Economic Performance* (2004), *Institutions and Economic Performance* (1993), *Institutions, Institutional Change, and Economic Performance* (1990), *Institution and the Performance of the Economics over time* (2005) e outras publicações.

A Nova Economia Institucional (NEI) tem a preocupação de estudar as relações entre instituições e eficiência, e há, para isso, duas vertentes que abordam esses assuntos: o ambiente institucional e as instituições de governo. A primeira corrente analisa o papel das instituições, ao investigar os efeitos das mudanças no ambiente institucional sobre o resultado económico ou sobre as teorias que criam as instituições, dedicando-se mais especificamente ao estudo das "regras do jogo". A segunda estuda as transacções, com enfoque nas estruturas de governança, que coordenam os agentes económicos (Satolani, Correa & Fagundés, 2008).

Na reflexão sobre o ambiente institucional, leva-se em consideração a existência de regras e normas que regulam as relações económicas e políticas dos Homens na sociedade. Por sua vez, as estruturas de governação, dão primazia ao papel do Estado, enaltecido nas ideias de North. Na

recursos, tecnologia e ideias. Além disso, a globalização, constitui um denominador comum e um fenómeno incontornável, que através dos meios de tecnologia de informação e comunicação reduzem-se as distâncias e processa-se o negócio em todos períodos, entre os diferentes intervenientes.

¹⁰ Golovko, Elena, and Giovanni Valentini. 2011.

Exploring the complementarity between innovation and export for SMEs' growth. *Journal of International Business Studies* 42: 362–80

prática o autor define e cuida do *enforcement*¹¹ da base legal de uma sociedade, responde directamente pela manutenção e formação de suas regras formais (Gala, 2003).

"North's model of the ideal institutional framework is derived from his extensive research in economic history. Under this framework, property rights are protected, contracts are enforced and political authorities do not interfere with the choices made by economic entrepreneurs" (Faundez, 2016, p. 385).

O parágrafo anterior mostra que, a teoria de North sobre a Nova Economia Institucional, resulta de um longo processo de pesquisa inerente a história económica. Além disso, há protecção dos direitos de propriedade, imposição dos contratos e a não interferência das autoridades políticas nas escolhas dos empresários.

A Nova Economia Institucional, fala ainda da matriz institucional reflexo de arranjos institucionais, na qual torna-se aconselhável a motivação de "um agente ou organização a investir numa actividade individual que traga retornos sociais superiores aos seus custos sociais." (Gala, 2003, p. 97). Existem várias formas de motivação dos agentes económicos, em Moçambique, um dos objectivos estratégicos do Programa Quinquenal do Governo, para o período 2010 – 2014, é "implementar reformas económicas conducentes à minimização dos custos de transacção à eficiência na afectação e aplicação de recursos, bem como, à minimização de riscos económicos e financeiros." (República de Moçambique, 2010, p. 44).

Neste contexto, constatamos que as estruturas políticas em Moçambique, aplicam a Nova Economia Institucional de North, como modelo teórico. Outra manifestação, é o reconhecimento da

necessidade de melhorar o ambiente de negócio, em termos de acções de simplificação dos procedimentos de licenciamento das actividades económicas, que constituem mais uma prova da primazia da NEI, como teoria económica predominantemente.

A nova Economia Institucional vista em torno da gestão do negócio internacional, apresenta alternativas para os agentes económicos na sua actividade, os custos de transacção, os riscos de negócio são reduzidos ou eliminados e em contrapartida o lucro e a expansão constituem os maiores ganhos, resultantes em parte da minimização dos embaraços institucionais. O autor da NEI, Douglass North, mostra que o negócio internacional parte das acções económicas locais, que gradualmente se estendem para níveis de trocas substanciais das comunidades e posteriormente, para fora delas.

The earliest economies are thought of as local exchange within a village (or even within a simple hunting and gathering society). Gradually, trade expands beyond the village: first to the region, perhaps as a bazaar-like economy; then to longer distances, through particular caravan or shipping routes; and eventually to much of the world. (North, 1991, p. 99)

Ao pensamento de North, podemos acrescentar que, o negócio internacional, por vezes, transcende do nível macroeconómico para o micro, quando empresas se instalam nas comunidades dada a existência de espaço e mercado. Com o efeito, a actividade económica alastra-se aos outros agentes, de forma proporcional e linear, criando polos de empreendedorismo de venda de bens ou serviços. A título de exemplo, actualmente em Moçambique, assiste-se promoção das actividades de venda de créditos de

¹¹ According to the Cambridge Dictionary, enforcement means the process of making sure that people obey something such as a law or rule.

telemóveis da rede MCEL¹² e VODACOM¹³ ou serviços de depósito, transferências ou levantamentos de valores monetários, por via Mkesh¹⁴ e M-Pesa¹⁵, respectivamente.

Esta realidade, representa o funcionamento de uma cadeia de agentes económicos, interligados na mesma actividade, onde as suas acções dependem uns dos outros, para desenvolver ou expandir a actividade. A prática é reflexo de um ambiente institucional favorável, onde um mercado de capitais consolida-se com os direitos de propriedade. "A capital market entails security of property rights over time and will simply not evolve where political rulers can arbitrarily seize assets or radically alter their value" (North, 1991, p. 101).

De um modo geral, a Nova Economia Institucional, aborda entre outros aspectos: questões de consumo, níveis de análise, instituições, processos de contratação, custos de transacção, direitos de propriedade, ambientes institucionais, arranjos institucionais e relações entre agentes económicos.

MATERIAIS E MÉTODOS

As abordagens deste artigo foram feitas a partir do método bibliográfico, baseado sobretudo na consulta de trabalhos científicos, tais como: artigos, livros, teses, dissertações, entre outros. Neste diapasão, Viera (2009), entende que pesquisa bibliográfica é aquela que se desenvolve a partir de fontes bibliográficas, sendo mais importante quando o problema da pesquisa é complexo ou profundo. Portanto, o

método bibliográfico é vantajoso, pois, permite ao pesquisador responder à questões diversificadas, que não poderia numa pesquisa presencial.

Nesta pesquisa, foram utilizados diversos materiais cuja constituição consta da lista das referências. Todas fontes foram bastante fundamentais, pois, criaram bases para a exploração efectiva da matéria inerente ao estudo. Por esta razão, a escolha do método bibliográfico foi premeditada porque extraiu-se das fontes toda a análise, organizando-as e interpretando-as segundo a exigência da pesquisa (Pimentel, 2001).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta secção é desenvolvida por três pilares fundamentais, nomeadamente: i) o negócio internacional e a emergência de pólos de empreendedorismo; ii) os constrangimentos em Moçambique e a gestão do negócio; e iii) os desafios da gestão do negócio internacional em Moçambique.

O negócio internacional e a emergência de pólos de empreendedorismo em Moçambique

Actualmente, em Moçambique o negócio de água bem como de refrigerantes e de bebidas, é cada vez mais crescente e constitui uma actividade que transcende as fronteiras nacionais através de polos de empreendedorismo. Nesta perspectiva, iremos inserir a abordagem dos referidos produtos no contexto do negócio internacional, que proporciona a emergência de polos de empreendedorismo.

¹² MCEL significa, Moçambique Celular, é a primeira operadora de telefonia móvel em Moçambique, institucionalizada em Novembro de 1997.

¹³ Trata-se da segunda operadora de telefonia móvel do país, que iniciou as suas actividades em Dezembro de 2003.

¹⁴ É uma instituição financeira, Parceira da MCEL, a qual permite que o número do celular seja igualmente, número da conta bancária, sem saldo

mínimo e nem despesa de manutenção. Com o serviço pode-se enviar dinheiro, pagar serviço e ainda comprar crédito MCEL.

¹⁵M-Pesa é serviço da Vodafone M-Pesa SA, realiza uma actividade financeira, permitindo aos clients transferir, levantar dinheiro, comprar crédito, jackpot e pagar serviços, por meio de telemóvel.

A prática do negócio internacional, caracteriza-se pela existência de actividades económicas dentro de um país, com repercussões além fronteira. Sobretudo, quando ocorrem exportações e importações de empresas estatais, privadas ou de outros agentes. Neste contexto, a coordenação ou cooperação entre os agentes económicos, por vezes, resulta na emergência de pólos de empreendedorismo, ora vejamos:

Uma indústria de preparação de água¹⁶ para consumo humano, numa fase inicial, pode se limitar à venda do produto a grosso a partir da fábrica. Segundo Sutton (2014), a Água Vumba, realiza a sua actividade económica a partir da região central, ao redor de Tete, e representa 20% do total de vendas nacionais. Neste contexto, podemos concluir que outros agentes, dedicados a revenda de água, em função das suas capacidades na componente de transporte, tornam possível a circulação de água no território nacional. Consequentemente, nos outros pontos, a água chega aos consumidores através dos empreendedores do mesmo produto. Mais tarde, o produto chega as fronteiras nacionais, conforme a dinâmica da actividade. O exemplo anterior, sucede-se com a venda de refrigerantes e de bebidas, produtos das Empresas Coca-Cola Sabco (Moçambique) SARL¹⁷ e Cervejas De Moçambique (CDM)¹⁸, respectivamente. Da fonte de produção, ou seja das fábricas, os produtos chegam a vários consumidores do país e das fronteiras nacionais, através da acção dos vários pólos de empreendedorismo.

¹⁶ Em Moçambique, "existem três empresas envolvidas na produção de água engarrafada, Sociedade de Águas de Mozambique, Lda, Água Vumba, Lda e Celfer (Empresa Águas de Montemor)." (Sutton, 2014, p. 57)

¹⁷ "Coca-Cola Sabco (Moçambique) SARL é o principal fornecedor de refrigerantes do país, respondendo por 87% das vendas totais." (Sutton, 2014, p. 57)

¹⁸ Actualmente, a Cervejas De Moçambique (CDM), é a única fábrica produtora de cerveja.

¹⁹ "Esta iniciativa é tecnicamente apoiada pelo Centro Internacional para o Desenvolvimento de

Para além da revenda de produtos das maiores empresas, os empreendedores, dedicam-se a venda de matérias primas, indispensáveis para o funcionamento das indústrias. "A produção da CDM da sua nova cerveja de mandioca é localizada na cervejaria de Nampula, tornando-se um comprador fidedigno de mandioca¹⁹ de 1.500 pequenos agricultores na região." (Sutton, 2014, p. 61)

Portanto, os produtos de Água Vumba, de refrigerantes da Coca-Cola Sabco (Moçambique) SARL e de bebidas alcoólicas da Cervejas De Moçambique (CDM), enquadram-se no negócio internacional, que condiciona actualmente o surgimento de pólos de empreendedorismo, ao longo das estradas e fronteiras. Desta maneira, ocorre a prática da comercialização dos produtos, entre várias pessoas do país ou de outros, através dos movimentos de *cross border*²⁰ dos empreendedores.

O negócio internacional, pressupõe uma gestão de interesses económicos entre organizações ou pessoas de dois ou mais países, que realizam em conjunto uma actividade para o alcance de objectivos comuns.

A luz da Nova Economia Institucional, o negócio internacional envolve uma série de pressupostos, que determinam a realização da actividade. Neste contexto, importa salientar que a prática das actividades das indústrias de água de consumo, de refrigerantes e de bebidas alcoólicas,

Fertilizantes (IFDC), uma organização internacional que apoia os agricultores em toda a África. No âmbito deste programa, os agricultores cultivam mandioca e vendem este produto à Dutch Agricultural Development and Trading Company (DADTCO), uma empresa holandesa para o Desenvolvimento Agrícola e Comercial especializada no processamento da mandioca." (Sutton, 2014, p. 58)

²⁰ According to the Cambridge Dictionary, *cross border* means between different countries, or involving people from different countries.

referidas anteriormente, carecem da obtenção dos direitos de propriedades.

A reflexão sobre os direitos de propriedade, foi evoluindo e alterando de conceito ao longo do tempo, e de país para país. "A mudança no tratamento dos direitos de propriedade foi provocada pela constatação, em vários casos históricos, da permanência de direitos de propriedade ineficientes do ponto de vista económico, por longos períodos" (Fiani, 2003, p. 137).

Em Moçambique, a atribuição dos direitos de propriedade é da responsabilidade do Estado. Assim sendo, para a realização das actividades das indústrias no país, à semelhança do exemplo anterior, é feita a partir de um dispositivo legal, designado "Código da Propriedade Industrial (CPI), instrumento que estabelece o regime de protecção de direitos da propriedade industrial no ordenamento jurídico nacional" (Conselho de Ministros, 2015, p. 1).

Segundo Fiani (2003), na sua obra, *Estado e Economia no Institucionalismo de Douglass North*, a função de Estado nomeadamente de protecção, de justiça e de garantia dos direitos de propriedade, é remunerado pela sociedade através de pagamento de impostos. Um processo que reflecte trocas entre os governantes e os governados. "o governante negocia a definição de direitos e oferta de bens públicos em troca de receita fiscal" (Fiani, 2003, p. 146). A troca de receita, por vezes, é feita informalmente envolvendo esquemas de "clientismo e extorsão imposta pelo Estado aos agentes económicos, até a subserviências e subordinação a que os consumidores são submetidos." (Brito et al, 2012, p. 283)

Entretanto, neste processo negocial as instituições²¹ são determinantes, conforme a afirmação de North in (Fiani, 2003, p. 137), "Institutions are the rules of the game in a society ...". Nesta perspectiva, é regulada a acção de cada interveniente do processo da actividade económica, movido pelo seu interesse, associado aos factores de riscos, ganhos e custos de transacção²² que em princípio estão em "toda parte, cabendo aos indivíduos sua minimização através da escolha do mecanismo de alocação de recursos – firmas, mercado e Estado" (Cavalcante, 2014, p. 379).

Outros procedimentos são inerentes a assinaturas dos contratos, que expressam os compromissos das partes envolvidas na actividade económica. Os compromissos dos actores económicos, representam as suas responsabilidades claramente definidas em função dos interesses e da negociação estabelecida.

As circunstâncias descritas nos itens anteriores, constituem uma realidade do ambiente de negócio²³, onde todos têm espaço, desde as grandes empresas, até aos pequenos empreendedores. A intervenção do Estado no processo, ocorre no contexto de mudança institucional, para tornar eficiente a actividade económica.

Os constrangimentos em Moçambique e a gestão do negócio internacional

A extensão territorial de Moçambique e a configuração das suas fronteiras, exigem uma articulação activa entre os agentes do negócio, para a dinamização da actividade económica no país e no exterior, com outros empreendedores. Os constrangimentos associados à extensidade territorial, são pouco dimensionais, pois os efeitos da globalização criam interdependência entre os diferentes mercados, dentro e fora do

²¹ As instituições são as regras do jogo na sociedade, representando para os indivíduos um conjunto de restrições à sua acção. Cavalcante (2014)

²² "Os custos de transacção são todos aqueles envolvidos numa transacção económica, como a pesquisa de preços, os contratos, bem como o

próprio conhecimento do mercado." (Cavalcante, 2014:379)

²³ "Refere-se a todos os factores de ordem política, económica, social e tecnológica, na sua maioria fora do controle e influência do negócio em si." (MOLE, 2013:2)

país. Entretanto, esta condição não esgota os constrangimentos, porque persistem barreiras institucionais em Moçambique, que interferem na actividade económica em geral e na prática do negócio internacional.

A validade de um negócio internacional, depende da observância das instituições jurídicas, económicas, financeiras, internas e internacionais. A divulgação destes pressupostos é da responsabilidade do Estado ou organizações competentes e muitas das vezes, a circulação da referida instituição é lenta e restringiva. Esta realidade, constitui uma barreira ou constrangimento, que inibe a intervenção dos agentes económicos no negócio internacional.

A falta de comunicação, cria situações em que os agentes económicos participem no mercado, de forma limitada ou através de recurso às instituições informais, que simplificam a burocracia levantada pelas formalidades do ambiente do negócio.

A integração dos empreendedores, dos agentes económicos de todos níveis e os mercados, depende em parte da forma como é difundida a informação, sobre o ambiente do negócio e das reformas institucionais. Esta acção, ao nível do Estado poderia ser realizada através do recurso aos meios de tecnologias de informação e comunicação, de transportes, eliminação de barreiras comerciais, liberalização de mercados e incentivo de emergência, desenvolvimento e expansão dos empreendedores.

Os constrangimentos da actividade económica em Moçambique, nomeadamente, a fraca divulgação das oportunidades institucionais e de acesso aos critérios para gestão da actividade económica, afectam o ambiente do negócio e retraem a confiança dos investidores no país.

Os desafios da gestão do negócio internacional em Moçambique

A maior aprendizagem retida neste estudo, está associada às regras de jogos,

preconizadas na Nova Economia Institucional. Na verdade, os agentes económicos aceitam desenvolver actividades quando o ambiente institucional é favorável, sobretudo quando há minimização dos riscos e a maximização dos ganhos. Por sua vez, o Estado exerce na economia o papel regulador da ineficiência, para garantir a eficiência do mercado. Todavia, as vezes há falhas nas negociações entre o Estado e os agentes económicos, que enfraquecem a prática do negócio internacional.

O exercício da actividade económica é impulsionado pela disponibilização de capital financeiro. Esta oferta, em Moçambique, é feita por bancos comerciais, com o maior atractivo de render lucros. Actualmente, "embora a oferta de serviços bancários tenha aumentado de forma marcante nos últimos anos, o uso desses serviços não foi, aparentemente, muito inclusivo. Na margem, o crédito é absorvido em maior medida pelos agregados familiares, do que por qualquer sector produtivo" (Ross, 2014, p. 106).

O maior desafio actual de Moçambique, é a dinamização das acções do negócio, nas regiões onde a actividade embora seja necessária, não representa ganhos aos agentes económicos. As zonas rurais ou fronteiriças são exemplos deste fenómeno, onde se verifica um movimento intensivo de pessoas que desenvolvem actividades, como empreendedores, sem apoio em créditos que poderiam incrementar o desenvolvimento e expansão da actividade além fronteira.

Este desafio, teria alternativas de solução, se o governo imprimisse mudanças institucionais, favoráveis aos agentes económicos. Para o efeito, é necessário um estudo sobre a situação dos empreendedores, nos diferentes pontos do país, sobretudo nas fronteiras, onde se deve assegurar a gestão do negócio internacional.

O Estado tem o desafio de rever as formas de atribuição dos direitos de propriedades, que são uma das bases para o exercício do negócio. Para além disso, afigura-se importante a criação de instituições económicas e financeiras que estimulam o exercício do negócio no país e no exterior, sem a discriminação, desde as grandes empresas até aos pequenos empreendedores.

As importações e exportações, deveriam ter instituições favoráveis a todos os agentes de actividade económica, para tal será necessário a criação de associações credíveis e representativas dos agentes a cada nível de negócio. Todavia, enquanto o Estado se limitar à criação de actividades sobre as quais capita impostos, o desafio da gestão do negócio internacional em Moçambique irá prevalecer por longo tempo, porque de acordo com Fiani (2003), o Governo negocia a atribuição de direitos de propriedades e de ofertas de bens públicos em troca de receita fiscal.

CONCLUSÕES

O presente estudo mostrou que em Moçambique, existem empresas que desenvolvem negócio internacional, criando oportunidades a vários empreendedores para a prática da actividade, de forma complementar e expansionista. Todavia, a acção empreendedora é ainda precária para a geração de lucros, poupança e investimentos. Pese embora (Navaia, 2023) defender que uma estratégia de diferenciação baseada em produtos e serviços, podem aumentar a sua competitividade e capacidade de acesso aos mercados internacionais e o seu desempenho exportador.

A Nova Economia Institucional (NEI) de North, como teoria, apresenta soluções para uma gama de problemas da actividade económica. Contudo, no contexto moçambicano, não expõe soluções acabadas para as questões que não

dependem exclusivamente da mudança institucional, como estímulo para a realização da actividade económica, mas sim dos créditos, investimentos e disponibilização de direitos de propriedade, para empreendedores cuja renda se destina para sua sobrevivência.

Entretanto, o estudo validou o pressuposto da NEI, de que a captação de impostos a favor do Estado, constitui uma compensação inerente a responsabilidade de concessão aos cidadãos ou empreendedores, de protecção, justiça e direitos de propriedade. Esta realidade, exacerba o compromisso do Estado de implementar reformas económicas conducentes à minimização dos custos de transacção à eficiência na afectação e aplicação de recursos, bem como, à minimização de riscos económicos e financeiros.

Paradoxalmente, os efeitos da globalização concorrem para o relançamento das bases de interacção entre os agentes económicos, porém, a fraca comunicação inerente a divulgação da instituição económica, financeira e a lenta mudança institucional, por parte do Estado, imperam para a fraca gestão do negócio internacional no país.

Finalmente, a pesquisa mostrou que o maior desafio de Moçambique, está ligado a necessidade de revisão das formas de atribuição dos direitos de propriedades, que são uma das bases para o exercício do negócio. Para além disso, ficou evidente a importância da criação de instituições económicas e financeiras que estimulam o exercício do negócio no país e no exterior, sem a discriminação, desde as grandes empresas até aos pequenos empreendedores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brito et al (2012). Desafios para Moçambique, Instituto de Estudos Sociais e Económicos, Maputo.

- Cavalcante, C. M. (2014). A economia institucional e as três dimensões das instituições, Revista de economia contemporânea.
- Faundez, J. (2016). Douglass North's theory of institutions: lessons for law and development, Article.
- Fiani, R. (2003). Estado e Economia no Institucionalismo de Douglass North, Revista de Economia Política, vol. 23, nº 2 (90).
- Gala, P. (2003). Teoria Institucional de Douglass North, Revista de Economia Política, Vol. 23, N. 2 (90).
- Garcia, F. S. (2015). Metodologia da Pesquisa Científica: organização estrutural e os desafios para redigir o trabalho de conclusão, Revista Eletrónica.
- Sutton, J. (2014). Mapa empresarial de Moçambique, International Growth Centre.
- Mantzavinos, C., North, D. C. & Shariq, S. (2004), Learning, Institutions, and Economic Performance, Articles, Vol. 2 / No. 1.
- North, D. C. (1990). Institutions, Institutional Change, and Economic Performance. Cambridge: Cambridge University Press,
- North, D. C. (1991), Institutions, Journal of Economic Perspectives, Volume 5, Number 1.
- North, D. C. (1993). "Institutions and Economic Performance" In: MAKI, GUSTAFSSON, E
- Knudsen (Eds) (1993), Rationality, Institutions and Economic Methodology. London: Routledge. Pp. 242-261.
- North, D. C. (2005). "Institution and the Performance of the Economies over time", In: MENARD,
- C. & SHIRLEY, M. M. (2005). Handbook of New Institutional Economics. Dordrecht: Springer.
- Mendes, K., Figueiredo, J. de C. & Michels, I. L. (2009). A nova economia institucional e sua aplicação no estudo do agronegócio Brasileiro, Revista de Economia e Agronegócio Vol. 6, N° 3.
- Ministério da Indústria e Turismo (2016). Posicionamento de Moçambique no comércio internacional. Fluxos comerciais em Moçambique: Fluxos e medidas de política, República de Moçambique.
- Mole, P. (2013). Ambiente de negócios em Moçambique: evidência de pesquisa empresarial, Faculdade de Economia, UEM.
- Oliveira, C. M. (2008). Introdução à Economia, Instituto Superior de Línguas e Administração, ISLA de Vila Nova de Gaia.
- Pimentel, A. (2001). O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica, Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina, Cadernos de pesquisa.
- República de Moçambique (2010). Programa Quinquenal do Governo para 2010 – 2014, Maputo.
- Ross, D. C. (2014), Moçambique em ascensão: construir um novo dia – Washington, D. C.: Fundo Monetário Internacional.
- Satolani, M. F., Correa, C. C. & Fagundês, M. B. B. (2008). Análise do ambiente institucional e organizacional da psicicultura no Estado de Mato Grosso do Sul, Revista de Economia e Agronegócio Vol. 6, N. 2.
- Silva, Patrícia (2007). Manual do Empreendedor, Instituto Politécnico de Leiria.

Valencianos. L. H. & Barboza, R. (2005).
Conceitos de Empreendedorismo.
Faculdade de Ciências Jurídicas e
Gerenciais, Revista Científica, Ano
V – Número 9.

Decreto

Conselho de Ministros, Decreto n.º
47/2015 de 31 de Dezembro:
estabelece o regime de protecção de
direitos da propriedade industrial no
ordenamento jurídico nacional,
Maputo, Imprensa Nacional de
Moçambique.